



APRESENTAÇÃO

A décima terceira edição da Revista Educação, Cultura e Sociedade (v. 7, n. 1, jan./jun. 2017) é formada pelo Dossiê Temático "Educação e Gênero", por dez artigos da seção de fluxo contínuo e uma resenha.

O presente dossiê, organizado por Lucio Lord, Marinês da Rosa e Miriam Pillar Grossi, reúne estudos sobre gênero e os desdobramentos deste tema em espaços escolares, nas práticas e discursos educativos. Os artigos que compõem este dossiê resultam de um amplo campo de investigação sobre as relações entre Educação e Gênero, discutido sob diversos enfoques teóricos e diferentes abordagens metodológicas. Há ênfase no papel da Escola, das Instituições de ensino, seus agentes e nas políticas educacionais para a reprodução ou transformação das igualdades ou desigualdades de gênero. Assim, este dossiê reúne estudos para além da Escola, chegando a espaços como o Ensino Superior e a formação e atuação dos profissionais na Educação.

A elaboração deste dossiê nos interessou diante do momento atual devido à crescente publicização dos temas sobre gênero, seja em âmbito escolar ou onde as políticas públicas são pensadas, discutidas e elaboradas. Inserir este na Revista Educação, Cultura e Sociedade é a possibilidade de ampliar a discussão, sobretudo diante do papel relevante da Universidade do Estado do Mato Grosso em ser ator local nas políticas educacionais.

Em ordem de apresentação neste Dossiê, o primeiro artigo – *A escola como um ambiente que (re)produz representações de gênero: como repensá-las?* – de autoria de Fabiane Freire França e Geiva Carolina Causa, identifica um aspecto fundamental aos estudos sobre as relações da escola com a temática de gênero. O artigo toma como sujeitos da pesquisa os profissionais da educação de séries iniciais, questionando o peso das suas representações sociais sobre o modo como trabalham aspectos de gênero no dia a dia da instituição escolar. Central neste artigo, cremos nós, é sua capacidade em identificar que a prática cotidiana dos profissionais da educação no espaço escolar se dá de modo não reflexivo sobre questões que envolvem a temática de gênero. Ou seja, as relações estabelecidas nos espaços escolares, assim como a abordagem que os sujeitos fazem da questão de gênero quando esta emerge na prática educativa, é guiada pelos valores e representações hegemônicos da sociedade. Deste modo, nos indica o artigo, a construção da igualdade de gênero a partir dos espaços escolares exige a existência de espaços nos quais a reflexão seja uma atividade diária aos sujeitos do processo.

O papel dos profissionais da educação na produção ou reprodução das representações sociais sobre gênero também é o tema do segundo artigo – *A sala de aula de Biologia: espaço gendrado* – escrito por Maria José Souza Pinho. Este artigo destaca um aspecto recorrente nos estudos sobre educação e gênero ao tratar do discurso que professores produzem no momento das atividades de ensino. Mas o mais interessante é a área de origem deste artigo, as Ciências Biológicas. Isto porque as reflexões trazidas neste texto são parte de uma pesquisa desenvolvida junto a professores da disciplina de Biologia. Há nisso um aspecto instigante que corrobora constatações dos estudos de gênero no país: o fato de que áreas como a Biologia produzem estudos com reflexões muito salutares para o avanço do conhecimento nas

áreas de Educação e Ciências Sociais. As constatações do estudo descrito neste artigo servem para as demais áreas de estudo sobre gênero: a abordagem da temática de gênero é um desafio em todos os campos educacionais; não há neutralidade de discursos quando o tema é gênero; é latente a necessidade de discussão sobre gênero nas diversas áreas de formação em docência universitária.

O terceiro artigo chamado – *Do currículo heteronormativo ao “transviado”: gênero e sexualidade nas concepções e práticas escolares sobralenses* – foi escrito por Fabrício Sousa Sampaio. O texto chama atenção para a existência de um discurso que afirma a heterossexualidade como condição de normalidade. A existência deste discurso heteronormativo desempenha o papel de negação de outras realidades, sobretudo colocando a homossexualidade como aspecto negativo nos espaços escolares. Como mostra o texto, vivemos hoje um contexto de embates nos espaços escolares onde políticas que se dizem “neutras” em verdade imprimem a marginalização das diferenças, negam a legitimidade de outros discursos e reforçam os preconceitos e segregações contra os quais há muito lutamos. O pano de fundo do artigo é a percepção da escola, e assim dos espaços escolares, como campo de disputas e embates que se dão por meio de políticas de formação docente, de currículos escolares e pela tentativa de controle exercida por um amplo discurso de heterossexualidade que legitima, em última análise, a homofobia. Este artigo mostra que as análises sobre as relações entre gênero e educação devem envolver também a noção mais ampla de política.

O quarto artigo é intitulado – *Gênero, sexualidades e a vez dos rapazes na Educação Infantil* – e foi escrito por Virginia Georg Schindhelm. Ele difere um pouco dos demais artigos porque observa a questão de gênero e suas relações com o processo educacional de um outro ângulo, uma vez que os sujeitos investigados são homens – ou rapazes, como identifica a autora – que experienciam um espaço marcadamente feminino que é a educação infantil. Há algo de muito precioso neste estudo e que exigiu, certamente, muita delicadeza da autora ao focar a questão de gênero. O seu texto é claro: as crianças demandaram a figura de gênero masculina para compor o cenário escolar da educação infantil. A preciosidade está em como a autora conduziu o estudo que nos faz perceber, como leitores, que a existência de preconceitos e discursos negativos sobre diferença de gênero é obra dos adultos e não algo que nasça com as novas gerações. O espaço da educação infantil é marcado por dois atores principais, as crianças e os adultos. De um lado há descobertas, há construção de uma nova geração que acreditamos ser melhor que a nossa. De outro lado estamos nós, adultos, carregados do que melhor e do que pior há na sociedade que compusemos. E acreditamos, nas entrelinhas, que é necessário um mundo melhor do que este que materializamos como sujeitos-membros. Mas para existir uma nova e melhor sociedade é necessário que, se nós adultos somos incapazes de construí-la, deixemos emergi-la e, como nela ainda estaremos como membros, deixemo-nos construir (ou reconstruir). É isto que evidencia o artigo ao observar atenciosamente como os rapazes passam a se ressignificar como educadores e como a prática da educação infantil constrói esses professores. E em meio a esse processo que é lindo emergem as questões de gênero porque são elas latentes aos adultos e inibem parte significativa da construção do educador. Um exemplo emblemático é a higiene dos infantes que por exigir o toque do corpo acaba por revelar a insegurança da sociedade adulta com o tema da sexualidade, do gênero e dos discursos sobre papéis sociais.

O artigo seguinte leva o título de – *Gênero e sexualidade em educação de surdos* –, escrito por Pedro Henrique Witches. Neste artigo a discussão sobre gênero e suas representações e reproduções em espaços escolares parte da realidade vivenciada e investigada pelo autor. A novidade neste artigo é identificar a surdez como um modo de experienciar o mundo e, a partir desta especificidade, as questões de gênero. O autor mostra que apesar dos alunos surdos vivenciarem o processo educacional a partir da singularidade que lhes limita alguns instrumentos de comunicação, como a escrita, e estende outros instrumentos, como a imagem, também sobre eles recai o peso dos discursos de “normalidade” que silenciam questões de gênero. Deste modo, a educação de surdos soma outros desafios para além daqueles já apresentados nos artigos anteriores quanto à formação docente para a abordagem das questões de gênero.

O sexto artigo está intitulado como – *O empoderamento das mulheres-professoras no espaço da educação através da feminização-feminilização do magistério* –, escrito por Maria do Carmo Gonçalo Santos. Este artigo se constitui como contraponto a um grande volume de estudos que tomam as questões de gênero e as atividades desenvolvidas por mulheres como de ordem secundária e resultado da tolerância masculina. Ou seja, enquanto muitos estudos afirmam que a área de educação é majoritariamente ocupada por mulheres visto que representa postos de trabalho com menor salário e com funções muito semelhantes à ideia de cuidado da infância, o que a autora propõe é uma análise oposta. Assim a autora relaciona a presença majoritária das mulheres na educação escolar com um processo de luta feminina para ocupar um dos espaços mais relevantes da sociedade, visto que é pelo processo educacional que ocorre a reprodução e produção social. Nestes termos, a presença feminina no processo educacional permite a construção de um novo conhecimento, de uma nova concepção de mundo contra-hegemônica e não machista. O artigo assume relevância para o presente Dossiê, sobretudo porque supera um discurso anterior de negar a agência de mulheres na conquista e manutenção dos espaços escolares. A “feminização-feminilização do magistério” é parte de um processo histórico de luta pela igualdade e construção de uma nova sociedade.

O sétimo artigo que compõe este Dossiê é – *Violência escolar e gênero* – de autoria de Cecilia Ordonez. Este artigo analisa os comportamentos violentos de alunas jovens nos ambientes escolares. Ao retomar outros estudos sobre o tema, a autora identifica uma análise bastante difundida e que relaciona o comportamento violento das alunas com estereótipos de masculinidade – força e honra. Contudo o artigo segue e avança em relação a estes estudos no momento em que considera que as violências praticadas pelas sujeitas materializam outros aspectos para além da questão de gênero. Acreditamos ser esta a principal contribuição do artigo: ele identifica que as questões de gênero são permeadas por outros fatores sociais. Assim, se por um lado as questões de gênero envolvem aspectos do poder disseminando-se pelos espaços da vida social, por outro lado essas mesmas questões de gênero não compõem um fator isolado porque estão sempre implicadas por outras formas de poder. Em síntese, “as agressões físicas mostram apenas uma face de tal problema, a face visível”, como conclui a autora.

Concluso, este Dossiê apresenta parte importante da discussão atual sobre as relações entre Educação e Gênero. Agradecemos às autoras e aos autores por socializarem suas análises e provocarem questionamentos. Seguimos todas e todos no

desafio de alcançar a igualdade nos espaços escolares, a iniciar pela igualdade de gêneros.

Já a seção de artigos de fluxo contínuo é composta por onze artigos assim dispostos:

O primeiro artigo – *A educação na teoria sociológica de Durkheim e Marx* – é assinado por Maria Auxiliadora de Almeida e Reinaldo Gomes de Arruda e analisa teorias sociológicas clássicas identificando nelas aproximações e modos de compreensão da educação. A partir de textos de Durkheim e Marx, os autores apontam como os diferentes modos de explicar a relação indivíduo/sociedade influencia na maneira de pensar a educação. Para eles, como prática social, esta tem relação intrínseca com a sociologia, portanto é fundamental pensar a educação a partir de teorias sociológicas, que mesmo nas suas divergências apresentam caminhos para a reflexão acerca da realidade educacional na sociedade atual.

Em seguida – *Aspectos do descentramento: identidade e sujeito na pós-modernidade* – de Emilio Davi Sampaio, discute a posição e a construção do sujeito/identidade(s) no “tempo” pós-moderno e alguns possíveis “descentramentos” do sujeito. O autor mostra que o sujeito não é um ser fragmentado, mas sim um sujeito em potencial, uma vez que ele é efeito de um complexo identitário que o determinou perante a interpelação de lugares.

Construções dialógicas de saberes dos professores das salas de recursos multifuncionais – é de autoria de Márcia Maria Brandão, Dejahyr Lopes Junior e Vera Lucia Gomes. Nele os autores mostram a relevância do atendimento educacional especializado. Trata-se de uma pesquisa-ação e os dados foram coletados a partir de pesquisa documental e com cinco professores de cinco escolas estaduais, durante três meses. Após análise dos dados, observamos que as discussões foram focadas nas potencialidades dos estudantes, nos planejamentos e estratégias utilizadas para sua aprendizagem. Os autores asseveram que existe o comprometimento dos órgãos responsáveis e dos profissionais envolvidos, porém os professores apresentaram sentimento de solidão, frustração, sofrimento, indignação e ansiedade de forma intensa e enaltecem a importância da troca de experiências que resultaram em mudanças na prática pedagógica do professor.

O quarto artigo – *Educação: formar cidadãos conscientes do mundo e dirigentes do próprio país* – foi escrito por Giovanni Semeraro. Em seu texto, o autor parte da análise de reformas que atingem a educação, impostas pelo governo Temer de forma precipitada e autoritária, desvenda as suas contradições e mostra o processo de desmonte das políticas sociais e das árduas conquistas democráticas que vem ocorrendo no Brasil nesses últimos meses. Para Semeraro, há um projeto mais amplo que pretende subjugar ainda mais o país às chantagens do sistema financeiro e de corporações transnacionais que não têm nenhum compromisso com a população. O artigo também resgata aspectos da história político-pedagógica popular que se consolidou no Brasil para formar cidadãos críticos, politicamente comprometidos com as causas da população.

Estigmas ao idoso: notas de uma pesquisa de campo em uma escola pública de Viçosa/Minas Gerais/Brasil – é de autoria de Nádia Marota Minó e Rita de Cássia Pereira Farias. As autoras relatam experiências de uma pesquisa de campo voltada para a tentativa de entender as construções sociais de estigmas ligados ao envelhecimento humano, em uma escola pública de Viçosa-MG. Os dados revelaram

muitas percepções negativas sobre a velhice como uma etapa de vida marcada por limitações, dependência, ociosidade, inutilidade e incapacidade, além de uma corporalidade decadente. As percepções positivas, em menor proporção, estavam ligadas à experiência de vida, sabedoria e capacidade para dar bons conselhos.

Adriana Torquato Resende assina o artigo – *Imagens de professores divulgadas na mídia: a novela Carrossel* – em que analisa concepções de alunos e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental sobre o que é *ser professor* e o que consideram um professor bem-sucedido. O artigo traz algumas considerações acerca da produção midiática citada pela maioria das crianças nas entrevistas, destacando algumas imagens de professores divulgadas na mídia e que podem perpetuar a ideia da professora-mãe, símbolo de amor e de abnegação.

Na sequência, Alceu Zoia e Elisângela da Silva França Tedesco apresentam o texto – *Processos que constituem a identidade infantil ribeirinha em Cáceres, Mato Grosso, Brasil* – com a pretensão de fomentar uma discussão sobre a infância ribeirinha pantaneira a partir da identificação dos aspectos que potencializam a constituição e formação da identidade infantil ribeirinha através das práticas sociais e culturais populares. O objetivo é desmistificar a concepção hegemônica de infância possibilitando a valorização da cultura local.

O tema relações étnico-raciais é discutido por Odair Alves Vieira, Josiane Brolo Rohden e Claudemir da Silva Paula no artigo intitulado – *Relações étnico-raciais nos livros didáticos de Matemática do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental* – a partir da análise de livros didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, disponibilizados pelo PNL D para escolha das escolas públicas. O objetivo foi verificar que mudanças, em relação ao conceito de “ser negro” são possíveis detectar no tratamento didático relativo à diversidade e à valorização da população negra resultantes da Lei 10.639/03 nos livros didáticos de Matemática. Para os referidos autores, a análise mostra que os livros trazem estratégias de representação, cumprindo apenas o mínimo que a lei exige, pois, os conteúdos trabalhados são poucos e as imagens representativas constituem minoria e ainda existem mensagens subjetivas que excluem e discriminam, mostrando a figura do não-negro como superior.

Trajetória formativa e prática pedagógica: narrativas de professores no contexto da escola do campo – é o penúltimo artigo da edição e foi escrito por Sebastião Silva Soares e Lília Reijane R. Santos Menezes. O objetivo é apresentar uma pesquisa que visou compreender a trajetória do processo de formação e o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores no contexto da educação do campo. Os resultados mostram que, apesar de todos os desafios que os professores enfrentam na atividade pedagógica no contexto do campo, acreditam na educação como meio de transformação e construção de identidade e saberes.

Silvinha Poloniato e Odimar João Peripolli direcionam – *Um olhar sobre o currículo da educação de jovens e adultos na perspectiva da educação do campo* – com o objetivo de analisar e refletir sobre o currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo. Os resultados mostram que não aconteceram muitas mudanças significativas em relação ao currículo da EJA, pois, a dicotomia, historicamente, estabelecida no que se refere à formação para o mercado de trabalho é a formação de caráter mais geral (processo educativo), continua influenciando na construção do currículo voltado para formação humana. Para os autores, é preciso formar indivíduos



REVISTA
Educação, Cultura
e Sociedade

capazes de transformar o meio em que vivem e que pretendam lutar pela transformação social.

Fecha-se esta edição com a resenha da obra *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, de Luiz Antônio Marcuschi – *Processos de produção textual e compreensão na perspectiva sociointerativa* – produzida por Márcia Vacario e Albina Pereira de Pinho Silva.

Desejamos uma boa leitura!

Sinop, Mato Grosso, Brasil, 02 de janeiro de 2017.

Coordenadores da edição